

Exílio: refazendo identidades*

Denise Rollemberg**

“O salão de banho era enorme. As mulheres ficavam peladas, as cantoneiras de ladrilho em volta, de onde sai água fria e quente. A água sai do chão. Você senta no chão para tomar banho. Se esfrega e vai jogando água com a cuia. O banho é coletivo, todas juntas, a água corre pelo chão de ladrilho. Aquele cenário é terrorífico. As mulheres são verdes, tatuadas. Vão se tatuando conforme sua condição de mulher: a mãe, a avó... o corpo vai sendo tatuado, contando uma história. Tinham umas velhas com as costas, os braços, todos tatuados. As tatuagens não aparecem porque as mulheres vivem cobertas. Uma coisa horrorosa... com a falta de sol, ficam feias, macilentas... Fui vendo aquela coisa... Tinham umas mulheres que são esfregadoras de pedra pome... elas esfregam a pedra no teu corpo. Só se toma banho uma vez por semana, então, o corpo fica todo gorduroso... Fazem com força. Tiram o sebo todo. Aquele ambiente foi mexendo, mexendo, mexendo... teve uma hora que eu caí, desmaiei.”

Maria Augusta Carneiro Ribeiro.¹

O RELATO DA VIVÊNCIA DE MARIA AUGUSTA Carneiro Ribeiro com as mulheres muçulmanas, na Argélia, parece cena de filme surrealista. O choque cultural foi inevitável para a jovem de classe média, saída de uma geração que desafiava a ordem e os costumes, e valorizava a capacidade de homens e *mulheres* mudarem o mundo através da própria intervenção. Depois da glória de ser trocada pelo embaixador americano por meio de uma ação revolucionária e do treinamento guerrilheiro em Cuba, que visava a volta ao Brasil e a reintegração à luta, Maria Augusta via-se em estranha situação. Esperava a autorização da sua organização para voltar, autorização que não chegava, que jamais chegaria. A guerrilha estava minada, a repressão acumulava vitórias, a organização desaparecia. E Maria Augusta esperava.

* Este artigo é uma adaptação de um capítulo de minha tese de doutorado, *Exílio. Entre raízes e radares*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em junho de 1998, sob a orientação da Prof^a. Angela de Castro Gomes. (Recebido para publicação em dezembro de 1998.)

** Doutora em História social pela UFF e Professora do Departamento de História da UERJ.

Muitos anos se passaram até que o desejo da volta ao Brasil pudesse ser realizado. Ao longo do tempo, o exílio teve que ser vivido no dia-a-dia, envolvendo questões de ordem subjetiva e objetiva.

Depois de se sentirem no centro dos acontecimentos, em uma conjuntura de intensa agitação política, o exílio foi, para as *gerações* 1964 e 1968², a ruptura com uma realidade e o desenraizamento do universo de referências que dera sentido à luta. A derrota de um projeto político e pessoal, o estranhamento em relação a outros países e culturas, as dificuldades de adaptação às novas sociedades, que muitas vezes os infantilizavam, o não-reconhecimento nos novos papéis disponíveis, tudo isto subvertia a imagem que os exilados tinham de si mesmos, desencadeando crises de identidade que se manifestavam em diversas situações cotidianas: na batalha pelos documentos ou na recusa em obtê-los; no trabalho e no estudo; na militância política ou no seu abandono; nas atividades culturais e artísticas; na vida familiar e afetiva³.

A história do dia-a-dia no exílio foi, portanto, a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo; da indefinição entre o que se pretendia ter sido e o que se era de fato. É a história da desorientação, da crise de valores que significou, para uns, o fim de um caminho e, para outros, a descoberta de outras possibilidades. É a história do esforço inútil e inglório para manter a identidade, mas também a história da sua redefinição e reconstrução, que se impuseram ao longo das fases do exílio e continuaram, para muitos, mesmo depois da volta ao Brasil⁴.

Diversos fatores atuaram na maneira de viver o cotidiano, a começar pelos traços de caráter e personalidade de cada um. O *status* social igualmente pesou: enquanto alguns exilados foram reconhecidos como profissionais ou como personalidades públicas, não lhes faltando convites institucionais para prosseguirem trabalhos interrompidos, outros precisaram impor sua presença, lutando pelo visto e pela sobrevivência material, muitas vezes realizando atividades que nada tinham a ver com suas expectativas e para as quais estavam super qualificados. Os recursos pessoais também produziram diferenças: alguns contaram com reservas de dinheiro ou com a ajuda de família, outros não. A idade interferiu: em geral, os mais novos, com menos “bagagem” acumulada e solidificada, eram mais flexíveis diante das adversidades, mas, por outro lado, os exilados com alguma notoriedade eram também os mais velhos. O conhecimento da língua estrangeira e o grau de dificuldade para aprendê-la fizeram diferença; ter a companhia da família representou, algumas vezes, um fator de segurança e apoio, em outras, uma sobrecarga de responsabilidade. As fases do exílio também foram decisivas: as referências de cada período podiam abrir horizontes ou eliminar esperanças, facilitando ou não o enfrentamento das situações concretas. Os países de exílio interferiram diretamente, aguçando ou atenuando as contradições. Finalmente, pertencer a um partido ou organização, ter

uma militância mais definida ou redirecioná-la para um projeto profissional, em geral, deu um sentido à vida no exílio.

Enfim, a crise de identidade do exilado envolveu uma rede complexa de questões, inclusive psicológicas, que afetaram cada um de forma particular. Há relatos irônicos como o de Darcy Ribeiro: “Pra sofrer o degredo é preciso ter muito caráter, coisa que não tenho. Sofri à minha maneira, sem exageros”⁵. Já para outras pessoas o dia-a-dia foi um drama insuportável, que levou, no limite, à loucura ou até mesmo ao suicídio, evidenciando quão dilacerante a dor do exílio pôde ser. Entre os extremos, as vivências foram inúmeras. Recorrente é o fato de a maior parte dos depoimentos levantar – e até enfatizar – os aspectos psicológicos, seja para afirmar sua relevância seja para questioná-los. Trata-se, portanto, de refletir como o processo de crise de identidade influenciou as duas gerações enquanto um fenômeno histórico. Em outras palavras, de pensar como a desorientação provocada pelo exílio atuou na redefinição do projeto político anterior, a partir da reconstrução da identidade dos exilados. Magno José Vilela, dominicano exilado em Paris, por exemplo, falou do exílio como uma “aventura coletiva” (Cavalcanti & Ramos, 1978, p. 220) e não individual. Mais apropriado, contudo, seria percebê-lo como uma aventura coletiva e, ao mesmo tempo, uma aventura individual. Ainda em 1976, César Benjamin, na Suécia, chamou atenção para a questão, com suas contradições e ambigüidades:

“*Paris é uma festa*, mas para muitos é também um fim de festa. Há um drama no ar, de que somos protagonistas há vários anos mas agora com outro caráter. Nossa sorte, ou azar, não sei, mas nossa força, com certeza (mas que se torna a fraqueza de muitos), vem de ser coletivo, quer dizer, histórico. Aqui, porém, vê-se claramente o fim de um ciclo: o mesmo drama que teve suas bases lançadas quando rompemos, com energia mas pouca visão, com nossa classe em 1969, seguindo sem ela a todo vapor, hoje chega a seu ato final, que pode levar, para alguns, toda uma vida, numa profunda crise de identidade que, desnecessário dizer, abre a (difícil) possibilidade de reconstrução. O triste é ver este drama atual: se no Brasil suas bases estavam lançadas e em desenvolvimento, lá ele se mesclava com o elemento heróico, utópico (no sentido de antítese de mesquinho), tendia ao épico que nos sustentava e dava uma beleza; enquanto aqui, para muitos, do drama resta a tragédia, ou até atinge-se a farsa. A crise de identidade que se vê nos rostos das pessoas sem pátria e sem classe, sem encadeamento entre passado e presente se projetando prá frente, vivendo numa eternidade estática e vazia de sentido (é bom, por sinal, eu estar lendo agora *A Montanha Mágica*), a crise de identidade, repito, se é forte e dura, nos abre ao mesmo tempo a possibilidade de sua reconquista em outro nível, maior, mais profundo e humano, porque optada. Trata-se de um desafio. Creio que muitos não o vencerão, mas os que sobreviverem terão algo a dizer”⁶.

I – A PERDA DA ALMA QUE FALA

Na Alemanha oriental, o “país cinzento”, a “arquitetura e a cor dos prédios”, “a dificuldade com a língua”, “o horário”, “a disciplina”, “o controle rígido”, “o sistema totalitário”, o clima, os hábitos, os costumes, tudo tão diferente de Contendas do Sencorá, interior da Bahia, onde nasceu, fizeram parte do cotidiano de Delson Façanha, de 1974 a 1983⁷. A esperança na guerrilha urbana e rural, que mudaria o rumo da História impedindo que tantos nordestinos fizessem um caminho semelhante ao seu, marcado pela pobreza e pela necessidade, desapareceu diante da dura rotina de operário não qualificado e estrangeiro da indústria química, a quem eram atribuídos os piores serviços, sob o olhar atento, onipresente e controlador da República Democrática Alemã.

De maneira geral, o afastamento do universo de referências faz com que o exílio pareça com vazio, ausência, intervalo. As noções de tempo e lugar perdem a nitidez, confundindo o passado e o presente, sobrepondo o país de origem ao de destino, num esforço para manter o que não existe mais. Na impossibilidade de realizá-lo, resta em muitos exilados a angustiante sensação de tempo perdido: “Mais do que tempo, são as sensações perdidas, a sensibilidade, o modo de encarar a vida – tudo me faz falta. Tempo perdido por estar aqui, e não aí”, como descreveu César Benjamin⁸. O “estar fora do lugar” confundindo-se com o “estar fora do tempo”. Miguel Arraes fala da busca do lugar perdido como a luta pela vida, como a resistência à morte:

“O exílio é como se você visse o tempo passar fora de você. As coisas ocorrem sem que você participe, sem que você esteja dentro delas. É preciso, portanto, um esforço enorme para se manter a par da realidade, através de conversas, visitas, leituras de jornais, programas de rádios etc. É preciso um esforço para viver porque, do contrário, quando se fica fora do tempo não se vive”⁹.

Em meio às dificuldades para redefinir um projeto político e de vida, o passado era, para Vera Sílvia Magalhães, a procura de si mesma e se impunha como essencial à própria sobrevivência:

“Eu fui para o treinamento em Cuba no roldão da minha própria história. Não tive o comando. Porque a minha saída era dentro do grupo (dos 40 presos políticos trocados pelo embaixador alemão), eram os meus amigos. Eu não sabia exatamente se a revolução seria possível ou não novamente no Brasil, em que momento histórico. Eu tinha muitas dúvidas. Mas quando você chega a um ponto, naquela idade sobretudo... eu cheguei a meu ponto limite. Eu achei que tinha dado o que eu podia para construir um projeto revolucionário, mas e daí? Como você faz um outro projeto? Você já está de tal forma emaranhado

naquilo...Muita gente desistiu, é verdade, nem foi treinar em Cuba, mas no meu caso, eu fui assim: “eu tenho que sobreviver a esta tristeza, a este pessimismo. Como? Readquirindo o que foi a coisa mais vital em mim, que foi o meu projeto revolucionário. Então eu tinha que continuar.”

Em suas memórias da luta armada e do exílio, Reinaldo Guarany descreve a desorientação no período em que viveu no Chile, quando não se reconhecia no processo político em curso, rejeitava o presente que lhe conferia a identidade de refugiado e voltava-se para o passado de guerrilheiro:

“... eu me apegava ao passado, às “glórias” vividas, quase exigindo respeito reverencioso pelo herói que deveria representar, recusando-me à mediocridade do presente, reelaborando uma realidade que só quem vivia era eu e os meus fantasmas, nos delírios a que eu era arrastado todas as madrugadas. Ali, no banco da praça, durante o silêncio da noite, eu recuperava a minha identidade, deixando de ser aquele cabide de roupas que tinha de suportar a linguagem chula dos *cogoteiros* e cafetinas do Mapocho.” (Guarany, 1984, p. 112)

O exílio foi associado freqüentemente a desenraizamento, desestabilização, solidão: “Eu acordava sufocado, ligava pra todo mundo, escrevia feito um louco, procurava as pessoas. Me enchia de prazer em saber dos detalhes das vidas contadas em cartas”, diz Juarez Ferraz de Maia. A solidão do exílio desencadeava em Juarez a lembrança da solidão vivida na prisão, das semanas passadas na solitária.

Para Maria Valderez Coelho da Paz, o exílio produzia uma espécie de “pânico da solidão”:

“O exterior e o exílio são um exercício de solidão. Foram para mim. Quando morei com amigos brasileiros foi no início muito bom (...). Depois a casa começou a ser invadida por pessoas que se procuravam de uma maneira compulsiva, obsessiva. Se procuravam e não se diziam nada, e se diziam tenho a impressão que era raramente. (...). Era o pânico da solidão, uma solidão que aparece mais claramente quando as referências estão longe. (...). Comecei então a recusar aquela imposição. Além disso, eu queria também poder estar só, poder estar comigo. Se isto não acontece você cai naquele ritmo louco ou fica louca você.” (Costa...[et al.], 1980, p. 348)

Mas a solidão não é exatamente um problema que atinja apenas os exilados. Na avaliação de Emília Viotti da Costa, exilada nos Estados Unidos, a sociedade norte-americana é, de um modo geral, uma sociedade de solitários. O fato estaria ligado ao alto grau de competitividade, à falta de um projeto coletivo, de perspectiva e de sentido de vida. “Mesmo os indivíduos que foram criados aqui sofrem uma solidão espantosa, solidão que explica o alcoolismo, a droga, os conflitos de ado-

lescentes.” (Costa...[et al.], 1980, p. 397) Entretanto, por desconhecer os códigos sociais, o exilado sente-se particularmente marginalizado neste universo e, portanto, muito solitário.

A desestruturação emocional do exílio é apontada como responsável pelo fim de muitos casamentos. Em meio à perda de referências e às dificuldades do período de reconstrução, o desgaste seria inevitável. Por outro lado, fala-se também nas relações que se mantiveram exatamente por causa do exílio, como uma necessidade de preservar algo estável, diante da instabilidade; apegar-se a quem se conhece, diante do desconhecido.

A infantilização produzida pelos franceses quando relacionavam-se com os exilados faz Naná Verri Whitaker lembrar os “momentos terríveis de desespero” ante a arrogância e a pretensão de superioridade: “A reputação da França como terra de asilo é só verniz.” Mesmo as pessoas de esquerda dispostas a ajudá-los na adaptação assumiam esta posição: “Como se dissessem: ‘Estamos fazendo um bem para você. Podemos ajudar’. Nunca o faziam de igual para igual”.

As instituições de ajuda a refugiados apresentam, de fato, uma dupla face: de um lado, a solidariedade, providenciando alojamento, alimentação, trabalho, roupas, documentos; de outro, a infantilização inerente à dinâmica assistencial. Entre a necessidade e o constrangimento, encontra-se o exilado, rebatizado como refugiado, sem se reconhecer no novo papel que lhe é atribuído. Isso explica a referência à desagradável sensação de ir receber os recursos concedidos. Nas palavras de Sebastião Hoyos percebe-se todo o ressentimento com o sistema de acolhida suíço: “As ajudas existem na Suíça para refugiados, mas tem que se mendigar. As regras para obter ajuda são feitas para humilhar os indivíduos. Eu nunca aceitei isto. Eu tenho a honra de dizer que nunca fui beneficiado por estas ajudas. Eu sempre trabalhei aqui.”

O processo de infantilização foi penoso sobretudo para quem estava submetido a trabalhos desqualificados, com dificuldades para encontrar uma brecha, seja na política, no trabalho ou no estudo, capaz de mudar a situação. Assim, o exílio parecia se reduzir à mera sobrevivência, sobretudo se comparado às perspectivas anteriores, que a militância havia criado. Essa a avaliação, por exemplo, de Joana:

“... a experiência de prisão foi muito mais enriquecedora do que a do exílio. Pode parecer um absurdo o que vou dizer, mas eu me sentia muito mais viva do que me sinto aqui. Porque na prisão, mal ou bem, me sentia agindo. No exílio, a maior parte do tempo me sinto sobrevivendo mesmo, e só.

(...) O exílio é muito, muito diminutivo. Tudo se reduz à sobrevivência! No exílio, você escolhe muito pouco!” (idem, p. 331)

O relato de Nanci Marietto, neste sentido, é também dramático. Segundo ela, o problema se dava não exatamente por ser exilada ou refugiada, mas por ser estrangeira: “Os italianos pensam que, se você é estrangeiro, eles podem fazer qualquer coisa. Éramos tratados mal, fui embrulhada de todos os modos, o que ocorre com frequência com os estrangeiros. Tinha-se um péssimo relacionamento com as pessoas”¹⁰. Os “trambiques”, os roubos, os insultos, as agressões, as humilhações a que esteve submetida fazem parte das tristes histórias vividas por Nanci, em Roma.

A infantilização parece ter afligido menos os profissionais qualificados que conseguiram uma inserção profissional em nível equivalente ao que possuíam no Brasil. Contudo, o depoimento de Emília Viotti da Costa, professora universitária nos EUA, aponta de que maneira todos eram atingidos pelo problema:

“No exílio muito se aprende, mas o exílio é também um atraso de vida: um processo de infantilização, pois que o exilado tem de certa forma de ser “res-socializado”. Ele (ou ela) tem que aprender uma nova língua e esse aprendizado leva anos. Muito poucos são os exilados que conseguem um perfeito domínio dessa nova língua. Por maior que seja o seu conhecimento, o exilado nunca adquire a certeza de suas palavras. E o que é pior: ele perde o domínio da sua própria língua. Se vive de palavras (é escritor, jornalista, sociólogo, historiador...), ou porque ensina ou porque escreve, sente ainda mais agudamente este problema. E quando, a duras penas, consegue reduzir o número de gafes verbais, descobre que não se trata de traduzir palavras, mas toda uma etiqueta. Não é apenas a maneira de dizer as coisas que é diferente, são também os gestos, e não apenas os gestos, mas o que eles ocultam: a maneira de pensar e de sentir. Pouco a pouco o exilado verifica que as mesmas dificuldades encontradas na tradução da linguagem encontram-se na tradução da sua maneira de ser. Toda a sua identidade é questionada.” (Costa...[et al.], 1980, p. 394)

A perda da língua materna é vista como a perda da linguagem expressiva, a perda da emoção. Luiz Alberto Sanz analisa: “Ao falar num idioma que não é o meu e que eu não domino tão bem, eu conseguia dizer coisas com muito menos emoção do que eu digo em português”. A sensação experimentada no Chile consolidou-se na Suécia:

“Conseguia dizer as maiores barbaridades para as pessoas sem me envolver demais com o que estava dizendo. Parecia que era outra pessoa que estava dizendo. (...) Quando passava a dominar o idioma, conseguia botar emoção e aí era um desastre. Dizer barbaridades com emoção choca mais do que se você falar sem emoção. Se é muito mais “objetivo” quando não se domina a língua.”

Herbert Daniel também registrou o significado da ausência da língua materna: “O maior problema do exílio é a perda da língua. Perder sua língua é perder a alma”¹¹. A língua como referencial básico da identidade social e a falta da língua redefinindo identidades, metamorfoseando as pessoas:

“...começo a me orgulhar de falar errado e entender mal o sueco só prá ter prazer redobrado quando leio alto Fernando Pessoa ou entendo tudo, em nuances, o que Graciliano diz. Como se vê, minha identidade – e como precisamos dela! – começa a ser igual ao calo daquele cidadão que comprava sapato apertado só prá sentir o bom de tirá-lo. Pela primeira vez me sinto patriota, daqueles bem babacas. Quem diria...”¹²

A capacidade de expressão e compreensão se restringia ou desaparecia subitamente. Sobretudo para quem viveu em países como a Suécia, a Dinamarca, a Alemanha, onde o aprendizado da língua levava tempo, agravando o isolamento do exilado em relação aos outros e ao mundo. O depoimento de Eny, dona-de-casa com apenas a segunda série primária, demonstra como as dificuldades com o idioma estrangeiro podiam tornar penosos os atos mais simples do cotidiano para pessoas pouco escolarizadas, mesmo em um país de língua espanhola, como o Chile:

“Vi um *negócio* que vendia tudo, mantimentos, arroz, feijão... O menino do meio foi do meu lado, me dava muito apoio, não sei, tinha hora que ele me via em situação tão difícil que dava palpites. Eu queria comprar um frango pra gente comer. Como é que eu peço? Mostrei com o dedo. O vendedor me perguntou em português se eu não sabia falar espanhol. Disse que ele tinha vivido no Brasil e falava um pouquinho o português. Pra mim falava maravilhosamente bem. Eu fiquei tão feliz... comprei uma garrafa de vinho, um frango, arroz... aproveitei! Desse dia em diante fui a freguesa número um do *negócio*” [grifos no original]. (Costa...[et al.], 1980, p. 216)

II – MITOLOGIAS DOS ESPAÇOS DE ORIGEM E DE DESTINO

O MITO DA TERRA

No exílio, desenvolveu-se o que Daniel Aarão Reis Filho chamou de “mito da *terra*”, ou seja, uma determinação difundida entre os militantes segundo a qual, no exterior e portanto *fora da prática*, não se devia opinar e muito menos decidir sobre os rumos da luta. Ao contrário, cabia-lhes esperar as orientações vindas “da *terra*”, de quem estava *na prática*. Isso foi particularmente forte na primeira fase, quando

os exilados ainda estavam polarizados em torno de organizações de vanguarda e o exílio era desvalorizado como tempo e lugar de luta:

“Para aquela esquerda, quem era preso ou saía para o exílio, nas duas hipóteses, saía da prática, do que se chamava prática. Perdia completamente a condição, o direito de sugerir e de intervir. A idéia era de que só poderia falar quem estivesse na prática revolucionária. Havia um desprezo muito grande pela teoria, pela discussão, pelo debate e por aqueles que estivessem tentando orientar a organização de fora.”

No caso específico do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), organização da qual Daniel fazia parte, é interessante notar como a valorização do exílio como espaço para a rearticulação do movimento ocorreu entre os últimos militantes que deixaram o Brasil, no momento de acirramento do cerco da repressão. Segundo ele, a leitura de textos de Lenin escritos no exílio, de onde procurava influenciar a luta, redimensionou o papel que o exílio brasileiro podia ter.

Nesse contexto de mitificação revelada na palavra “terra” – que designava mais do que o Brasil, mas o lugar da luta, da revolução, para onde se voltaria – forjou-se uma “figura emblemática”, segundo Daniel, constantemente presente em outros exílios: o militante de direção que chega do país para se encontrar com os já exilados, trazendo orientações. Legitimado porque vem “da terra” e se aproveitando do isolamento dos militantes no exterior, não se priva, inclusive para manter-se no poder, de os “empulhar”, filtrando, censurando e manipulando informações.

○ MITO DO PAÍS SOCIALISTA

O exílio abria a possibilidade da vivência em países socialistas, o que colocava o militante em confronto com suas próprias referências anteriores. A experiência foi decisiva para a confirmação, a negação ou a redefinição do projeto socialista. Maurício Dias David, seduzido pela “utopia do sistema socialista”, foi estudar economia na Alemanha oriental, mas só conseguiu ficar seis meses em Berlim, onde ganhara bolsa de doutorado:

“Aí foi o meu rompimento com o comunismo. Eu disse “eu lutei a minha vida contra isto que está aqui, contra esta sociedade como a vejo organizada”. Rompi muito duramente, até ficar numa posição anticomunista, me aproximando muito da social-democracia sueca. A asfixia do país, o sistema controlado e ditatorial foram um choque.”

Antes da experiência, Maurício passara dois meses na Suécia e, após comparar os dois países e sistemas, optou por viver na social-democracia.

A decepção também marcou a passagem de Delson Façanha por Cuba, entre dezembro de 1973 e março do ano seguinte, enquanto esperava para seguir para a Alemanha oriental. Segundo ele, não foi permitido ao grupo de cerca de duzentas pessoas vindas da embaixada venezuelana no Chile, conhecer o país. O governo assegurava alimentação, hospedagem e assistência médica. Sem contato com a população, foram instalados em um hotel a mais ou menos cem quilômetros de Havana, onde eram vigiados permanentemente: “Eu me decepcionei. O pouco contato com as pessoas que tive, vi que só estavam interessadas em fazer negócios, o que era um fenômeno dos países ditos socialistas.”

No mês seguinte à chegada à Argélia, em junho de 1970, Vera Sílvia Magalhães partiu para Cuba. Mas o que viu não a entusiasmou. O contato era basicamente com a burocracia, “pessoas privilegiadas e autoritárias”, que só permitiam o acesso a quem o partido autorizasse. Restou a decepção.

Se a experiência cotidiana em países socialistas colocou em xeque as referências, também as reafirmou, como demonstra o entusiasmo de Márcio Moreira Alves com a mesma Cuba que a outros pareceu tão sem liberdade:

“Em Cuba tive a impressão visual, e a vivência, do que é o socialismo e do que é possível fazer num país socialista. Cuba é Pernambuco com caráter. É isso: Pernambuco com vergonha na cara, com um governo decente, com um povo que não é explorado. E a potencialidade dessa transformação é tão evidente que realmente transforma a pessoa. Tudo aquilo que você pode ter imaginado lendo, lá você pode ver na prática, e, portanto, numa opção muito mais profunda.

Tenho impressão que aprendi duas vezes em minha vida. Primeiro comecei a aprender com o golpe militar de 1964. Comecei a aprender realmente o que era o meu país, qual a cara verdadeira do Brasil. Cara dura, violenta, sanguinária.

Depois, comecei a aprender em Cuba: a aprender que há possibilidades de uma vida harmônica, sem as carências mais elementares de comida, saúde, educação e ver que um povo subdesenvolvido pode criar uma vida assim.” (Cavalcanti & Ramos, 1978, p. 233)

No mesmo sentido, o testemunho de Roberto Morena, antigo militante sindicalista do PCB exilado na Tchecoslováquia, é muito expressivo. Há anos vivendo em um país duramente reprimido pelo socialismo soviético, prevalecia uma visão acrílica do sistema e a confirmação de seu ideário:

“A vivência em países sob o sistema socialista nos deu uma clara visão da viabilidade e a realidade das idéias revolucionárias que abraçáramos desde a juventude, já na escola e fortalecida nas fábricas e na militância nas organizações sindicais e no Partido Comunista. Uma esplêndida realidade do que se pensava,

do que se propunha, do que se preconizava: uma sociedade sem donos de fábricas, uma sociedade em que o homem se sente seguro no presente e no futuro, em que a desigualdade social desaparece, a possibilidade de cultura e de saber está aberta e ao alcance para toda a coletividade e vai avançando com firmeza no caminho da edificação completa do socialismo.” (idem, p. 325)

O MITO DO “PAÍS DE ACOLHIDA”

O termo “país de acolhida” é amplamente utilizado na literatura e nas instituições que se ocupam de refugiados para designar o país onde estes passam a viver. Entretanto, se a palavra “acolhida” faz lembrar a solidariedade que muitas vezes esteve presente na recepção e no processo de adaptação à sociedade, ela também encobre ou atenua uma realidade bem mais complexa. Aliás, como já vimos, mesmo a solidariedade não esteve a salvo de contradições e ambigüidades. Se segmentos da sociedade mobilizavam-se para receber exilados políticos, outros agiam em sentido contrário, identificando-os a “terroristas” cuja estada devia ser interdita.

Em alguns países, segundo Herbert de Souza, os exilados eram de fato tratados como terroristas. Cita o caso de Theotônio dos Santos que, ao chegar aos EUA, foi barrado e acusado de terrorismo a partir de informações trocadas entre polícias de diversos países.¹³ No mesmo sentido, Reinaldo Guarany testemunhou a campanha da direita alemã contra a recepção de refugiados do Chile, chamados de terroristas em seus jornais. As polícias dos próprios governos que concediam aos exilados o estatuto de *refugiados da ONU*, cumprindo a Convenção de Genebra, mantinham contato com a polícia política brasileira, a mesma cuja prática baseada na tortura, na prisão e no assassinato de oponentes ao sistema tanto indignava a sociedade. Um professor francês atuante no *Comité France-Brésil*, que denunciava a ditadura, guarda um formulário escrito em alemão e em português sobre as atividades políticas de exilados brasileiros, indicando a colaboração entre as polícias brasileira e alemã. Ricardo Vilas, embora tenha conseguido o visto para entrar na Inglaterra, foi preso ao desembarcar com a mulher e a filha de oito meses. Todos tiveram que passar a noite detidos no aeroporto. Acusado de terrorismo, pressionaram-no para assinar um documento onde pedia para deixar o país.

Depoimentos de diversos exilados em países democráticos, como a Alemanha ocidental e a França, não deixam dúvida de que as suas polícias recebiam informações da polícia brasileira e não se privavam de usá-las visando pressionar, intimidar e humilhar. No interrogatório realizado pela polícia francesa, no processo que examinava a solicitação do estatuto de refugiado para Daniel Aarão Reis Filho, tentaram induzi-lo a dizer em que condições havia saído do Brasil, ou seja, através do seqüestro de um diplomata estrangeiro por grupos guerrilheiros:

“... o tipo que me interrogava não se constrangeu em me fazer ver que em cima da mesa dele tinha um dossiê sobre a minha pessoa e que só podia ter sido dado a ele pelo governo brasileiro, porque a França não teria tido condições de reunir documentação sobre mim naquele momento. Eu acho que, sem dúvida, existia contato entre as polícias, alguma coisa que será esclarecida daqui a algumas décadas se o governo francês abrir os seus arquivos ou o governo brasileiro. Estava evidente ali que havia troca de informações.”

Reinaldo Guarany, ao ser chamado pela polícia em Berlim ocidental, também constatou que possuíam uma pasta contendo informações a seu respeito em português e alemão. De fato, as mesquinhas e os contrangimentos por parte da polícia fizeram parte do cotidiano dos exilados brasileiros na Alemanha ocidental. Durante a copa do mundo de 1974, por exemplo, alguns exilados foram obrigados a comparecer à delegacia três vezes por dia na hora dos jogos, pois a polícia temia atentados à seleção brasileira. Processado por falsificação de documentos, entrada ilegal no país e até bigamia, Reinaldo Barcellos e sua mulher, Dora, jamais conseguiram asilo no país. Quando ela se suicidou, o governo finalmente deu asilo a ele e a outros exilados que estavam na mesma situação. Reinaldo preferiu, então, deixar o país (Guarany, 1984, p. 132-3)¹⁴.

Miguel Arraes, constantemente identificado com o governo da Argélia, país onde passou todo o exílio, lembra as restrições dos países democráticos:

“Durante anos fui impossibilitado de viajar, pois os governos da França e da Inglaterra não me deixavam entrar por motivos nunca esclarecidos. Meus próprios filhos quando viajavam para esses países para estudar, eram retirados das filas nos aeroportos para uma revista especial.”¹⁵

Depois de ser banido, em junho de 1970, Apolônio de Carvalho, que lutou na Resistência francesa, esperou dois anos para obter o visto de entrada na França, negado também a outros quatro ex-presos políticos do mesmo grupo, durante o governo Georges Pompidou¹⁶. A autorização só foi concedida após mobilização de setores da esquerda e do Partido Socialista. No mesmo ano, o governo suíço convidou Apolônio e Ladislav Dowbor, também banido, a deixarem o país.

Segundo Erasmo Saenz-Carrete, em 1975, na ocasião do atentado cometido pelo venezuelano conhecido como Carlos, o Chacal, no qual policiais franceses foram mortos, a polícia política da França, *Direction de Surveillance de Territoire* (DST), submeteu refugiados políticos a interrogatórios, chegando a “penetrar em domicílio de refugiados brasileiros.” No ano seguinte, o então ministro do Interior, Poniatowski, ameaçou expulsar os refugiados políticos que “criassem problemas para a ordem pública” (Saenz-Carrete, 1983, p. 214, 217). Georges Casalis, francês

atuante em instituições de defesa dos direitos humanos, denunciou no Tribunal Bertrand Russell II que, devido ao episódio, “...medidas extremamente pesadas de controle e intimidação aconteceram entre refugiados brasileiros beneficiários, entretanto, do estatuto oficial da ONU”¹⁷.

Embora se trate de um caso individual que extrema de forma trágica os constrangimentos no “país de acolhida”, é muito simbólica a experiência vivida por Sebastião Hoyos. Por isso, apesar de longa, merece ser acompanhada. Preso na Guiana Francesa e expulso do país pela DST, Hoyos foi levado para a prisão da *Santé*, na França e, em seguida, para uma pequena cidade francesa perto de Genebra, onde foi instalado num hotel sob a vigilância de policiais. Aí começou uma história fantástica, que Hoyos conta sem esclarecer aspectos essenciais, deixando muitas perguntas sem resposta. O fato é que conseguiu fugir com a ajuda de um militante da organização guiana na qual atuava pela independência do país. Levado até as proximidades de uma montanha nevada, foi ajudado por um especialista em alpinismo que o esperava e conseguiu chegar à Suíça.

Em Genebra, Hoyos pediu asilo político para ele e sua família, que já havia sido retirada da Guiana pela organização. Como resposta, recebeu uma comunicação da polícia de que devia deixar o país. “Foi um drama: com mulher, três filhos pequenos, sem dinheiro, sem documento, sem nada.” Hoyos, no entanto, não fala sobre seu envolvimento na luta pela independência da Guiana e as razões precisas da prisão e da recusa à solicitação de asilo. Após recorrer, ganhou o “direito de asilo provisório”, que durou todo o tempo do exílio. Segundo conta, nos anos seguintes, sempre esteve vigiado de perto pela polícia: “A perseguição continuou, mesmo fora do Brasil, na Guiana Francesa, aqui na Suíça. Dificuldade para trabalhar, dificuldade em todos os sentidos...”. Em 1990, um episódio agravou ainda mais a situação. O banco onde trabalhava, desde 1981, no transporte e na guarda de valores, foi assaltado. Levaram a quantia fabulosa de 23 milhões de francos suíços. Dois meses depois, aos 55 anos de idade, prenderam Hoyos, acusado de cumplicidade com os assaltantes. A condenação veio em seguida: sete anos e meio de prisão. Uma mobilização internacional provocou a revisão do processo e a sua libertação, em 1994, depois de quatro anos de cadeia. O dossiê de acusação, afirma Hoyos, não tinha provas contra ele e baseava-se em falsos testemunhos dos colegas pressionados pelos banqueiros. O processo foi, enfim, anulado, mas Hoyos luta para ir a novo julgamento. Contudo, a tragédia ainda não havia terminado. Enquanto esteve preso sentia dores no estômago e embora tenha solicitado a visita do médico, nunca foi atendido. Quando saiu da prisão foi diagnosticado um câncer avançado.

A história dos “aviadores” também contribui para a reflexão dos limites da expressão “país de acolhida”, até mesmo em países socialistas mitificados por militantes. Três jovens simpatizantes da luta armada, para demonstrar o compromisso

com a revolução latino-americana, seqüestraram um avião no Brasil e seguiram em direção a Cuba, símbolo de todo o seu ideário. Lá, tiveram o destino de todos os seqüestradores de avião que desembarcavam sem o respaldo de uma organização conhecida das autoridades cubanas e sem autorização prévia do governo: a detenção. Sem perceberem exatamente a situação em que se encontravam, ofereceram-se para trabalhar pois, afinal, queriam servir ao socialismo. Os cubanos, então, os levaram para uma pedreira, onde davam o melhor de si na dura tarefa, para a glória da revolução. Entretanto, no relacionamento com os outros trabalhadores, começaram a estranhar que, freqüentemente, ouvissem as maiores críticas ao sistema e, surpresos, constataram que eram todos presos. Só assim se deram conta da própria situação, que se agravou quando propuseram a construção de uma estátua de pedra em homenagem ao *camarada* Trotski. Caíram em completa desgraça, sem autorização para deixar o país, sem documentos, sem passagem. Conseguiram deixar Cuba, meses depois, graças à intervenção de militantes que chegaram para fazer treinamento guerrilheiro e que garantiram não se tratarem de espíões ou coisa do gênero. No sonho dos “aviadores”, apelido que ganharam destes militantes, o “país de acolhida” dos revolucionários da América Latina transformou-se em pesadelo¹⁸.

III – A DESORIENTAÇÃO, O VAZIO, O MEDO, A LOUCURA

O medo fez parte do exílio, surgindo em graus e momentos diferentes. Manifestou-se tanto na guarda montada nas primeiras noites em Ben Aknoum, por integrantes do grupo dos 40 presos trocados pelo embaixador alemão, que não descartavam a possibilidade de um atentado da repressão brasileira, quanto na suposição da presença do delegado Sérgio Fleury (símbolo do terror da ditadura), em Santiago, levando militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) a planejarem matá-lo (Guarany, 1984, p. 104)¹⁹. Aliás, o *fantasma* do Fleury apareceu e reapareceu em momentos e países diferentes, assustando e ameaçando. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, ao longo do tempo, esta “paranóia parcialmente fundamentada, parcialmente delirante, a idéia de que a polícia política estaria vigiando, tramando contra nós, se manifestaria de outras formas.” Mas o medo tomou feições mais terríveis. É expressiva a quantidade de relatos de e sobre exilados que tiveram problemas psiquiátricos ou que associam o exílio à loucura, ao lugar da perda da identidade. Senão, a “drama”, a “anomalia” e a “doença”²⁰. No relato do Padre Lage, o esforço para reconhecer a si mesmo:

“...o exílio degrada o homem. Minha experiência é de uma luta permanente para ser eu mesmo e mais nada, contra toda a degradação a que me força a si-

tuação de exilado. Não sei se é porque o exilado foi tirado à força e no momento mais agudo de sua capacidade de entrega ao povo. Foi desarraigado no momento de maior enraizamento. E este desgarramento perdura. Esta contradição perdura.

Eu me sinto cada vez mais brasileiro, sem querer identificar-me com nada. Eu me sinto muito brasileiro. Não sei como. E por isto mesmo incapaz de enriquecer-me com a grande oferta de cultura de um país como este (México). Acho que o exílio enlouquece. Quem sabe estou eu já louco? (...) A loucura possivelmente é isto: achar que não é mais ele. Eu me pergunto: será que sou eu mesmo? Hoje mesmo me perguntei isso de manhã.”²¹

Em 1976, Vera Sílvia Magalhães teve pela primeira vez uma “crise psicótica”, quando acreditou que alguém, numa situação banal do dia-a-dia do exílio em Paris, fosse um agente da repressão: “Acho que foi uma explosão interna em torno do vazio”. A perda do projeto revolucionário e a impossibilidade de redefini-lo levaram à desorientação:

“Eu não sei mais qual é o meu papel exato nesta história toda. (...). Tenho um lado perdido. Sinto a minha vida atual muito esvaziada das coisas em que acreditava. Eu não acredito mais. Não adianta fingir. Acho que pago um preço por esta falta de crença, no sentido religioso mesmo. Não tenho nenhuma. Então, fiquei meio perdida. Tenho muita coisa acumulada, de cabeça, de experiência que não sei onde botar. Nunca mais me dediquei a nada especificamente, a não ser a meu filho.”

Eny conta como os dramas vividos no Brasil deixaram seqüelas que apareceram no exílio:

“Depois das tragédias todas no Brasil, eu fiquei muito doente. Pra você ter uma idéia... eu adoro vermelho. Adoro. Por mim, visto tudo vermelho. Mas fiquei de um jeito que tinha medo de vermelho. Tudo que era vermelho eu tinha que tampar. Eu não queria ver a claridade do dia, sabe? Meu marido ficava desesperado. Chegava em casa, aquele sol bonito, aquele dia lindo, eu pegava um cobertor e punha na janela porque não queria ver a claridade do dia, não queria ver a claridade do sol. Fiquei muito ruim mesmo, um bom tempo doente. Tive um tratamento num hospital psiquiátrico com uma médica muito boa. Aí eu fiquei bem. Quando já estava saindo da fossa, me reanimando mais, veio o golpe (no Chile) e eu fiquei outra vez sozinha com a criança.” (Costa...[et al.], 1980, p. 216-7)

O medo da repressão e a saudade desencadearam em Vilma “surtos de loucura muito severos”, exatamente quando o exílio indicava tempos de segurança e

tranqüilidade financeira. “Quanto mais doente, mais saudosa e mais ligada às coisas da infância. Não agüentou o tranco, sucumbiu. Tem gente que passa por isto e não enlouquece, outras sim”, conta o ex-marido²². Sem os problemas materiais que afligiram outros exilados, inserido profissionalmente e bem adaptado nos países por onde passou, o sofrimento de seu exílio foi a doença da mulher, que “nunca se recuperou”, permanecendo voltada para o passado.

Em meio à falta de perspectivas, a redefinição da identidade, freqüentemente, implicou um processo lento e doloroso. Houve quem não conseguisse superar a crise.

A morte foi o caminho que frei Tito de Alencar e Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Dora, encontraram para pôr fim ao medo, ao vazio e à loucura.

Tito, banido em 1971, enforcou-se em um convento nas proximidades de Lyon, em 1974, aos 31 anos de idade. Nos três anos de exílio, jamais se refez do trauma da tortura e da prisão. A convicção de que Fleury estava na França para persegui-lo transformou sua vida em um tormento. A reestruturação de Tito foi impossível, como descreveu o também dominicano Magno José Vilela:

“Na França, ele tentou continuar seus estudos, mas não conseguiu. Ele estava num estado psicológico extremamente delicado: lhe faltava coragem, lhe faltava energia, lhe faltava condições, enfim, para sobreviver. Ele sobreviveu num estado triste até o dia em que ele preferiu a morte.” (Cavalcanti & Ramos, 1978, p. 215)²³

Dora, libertada com frei Tito, atirou-se na linha do metrô de Berlim, em 1976, também aos 31 anos. Pouco antes, havia sido submetida a tratamento psiquiátrico²⁴. Na Bélgica, Juarez Ferraz de Maia recebia “cartas tristes, piradas e muito dolorosas”, onde ela falava de solidão, angústia, derrota e expunha sua descrença nos homens e mulheres e na possibilidade de mudança. Luiz Alberto Sanz, exilado na Suécia e integrante do mesmo grupo dos presos trocados pelo embaixador suíço, fez, com Lars Safstrom, o filme *Quando chegar o momento*, sobre a morte de Dora, usando o depoimento que ela havia dado com mais quatro banidos para outro filme que realizou no Chile, *Não é hora de chorar*²⁵.

A trajetória de Sebastião Rios simboliza também o drama da desorientação no exílio. Ex-professor da Universidade de Brasília, Rios participou diretamente da ação do seqüestro do embaixador americano e conseguiu sair do país sem jamais ser preso. Estabelecido na Argélia, fez um trabalho de apoio à organização, *preparando* documentos para militantes clandestinos no exílio. Mais tarde, transformado em mendigo, Sebastião Rios podia ser encontrado no boulevard Saint-Germain, em Paris.

Se estas são experiências extremas, nas quais a redefinição ou a reconstrução da identidade não se viabilizou, a comparação do exílio com um espelho quebrado

por uma pedra, onde é difícil se ver na imagem distorcida, elaborada por Tomás Tarquínio, sintetiza a sensação presente em muitos relatos.

A fragmentação do espelho talvez seja a mesma do conto *Ana Luísa*, publicado na revista de exilados na Suécia, de significativo título, *Fragmentos*. O autor, Reinaldo Guarany, reconhece: “*Ana Luísa* é um reflexo da fragmentação da cabeça da gente, na Suécia.”

A convivência entre brasileiros foi um recurso para amenizar os problemas. No dia-a-dia, nas festas, nas atividades políticas, a colônia de exilados tentava reproduzir um ambiente brasileiro, às vezes estereotipado, com comidas e músicas típicas. Muitos lembram que nunca comeram tanta feijoada, prato não tão presente no cardápio diário do brasileiro, sobretudo da classe média, a qual a maioria pertencia.

De um modo geral, os mais adaptados à sociedade repudiavam a vida na colônia e criticavam – ou até mesmo desprezavam – quem a vivia intensamente, acusando-os de estarem voltados para si mesmos, incapazes de se abrirem para as oportunidades disponíveis, e de desconhecem o país onde estavam. Em contrapartida, os que freqüentavam a colônia ressentiam-se desta *autonomia* dos mais adaptados, interpretando-a como desistência da luta ou identificação com as características dos habitantes do país de exílio, que ironizavam.

Márcio Moreira Alves chamou de “tribos de canibais” os exilados fechados

“... num pequeno grupo de brasileiros, que pensam apenas o Brasil, que lêem apenas sobre o Brasil, que se relacionam com o meio ambiente apenas de uma forma parasitária, para trazer coisas, buscar coisas, recursos para isso ou aquilo... enfim, que vivem sugando da sociedade onde outros companheiros estão trabalhando e pensam o Brasil dentro de um vazio, ao mesmo tempo em que se afirmam através de degladações e de ataques aos outros grupos de brasileiros que fazem a mesma coisa.” (Cavalcanti & Ramos, 1978, p. 230-1)

Entretanto, a *vida em gueto*, segundo expressão dos próprios exilados, teve um importante papel. Era uma tentativa de amenizar as inseguranças do exílio, de se resguardar da rejeição e dos preconceitos contra o estrangeiro, de evitar o estranhamento em relação à sociedade; para muitos, uma tentativa de sobreviver. Voltando-se para os que tinham uma história comum, buscavam recuperar o passado que dera sentido à vida e preservar, assim, a própria identidade. Ao longo da história, a vida em gueto foi um recurso acionado por diferentes grupos sociais, em diferentes épocas e lugares, quando viam sua identidade ameaçada ou questionada. O gueto foi, portanto, uma forma de resistência, a negação da negação, a luta contra a fragmentação: “A maneira como a gente sobreviveu, no exílio, foi se manter

juntos”, resume Vera Magalhães. Apesar do “ambiente neurótico” do gueto, segundo Juarez Ferraz de Maia, “se não fosse a colônia de brasileiros na Bélgica, a gente pirava.”

No entanto, é verdade que se tratava de um universo delimitado, onde não faltavam os confrontos e as contradições. Na interpretação de César Benjamin estão presentes as duas faces da vida em colônia. De um lado, a insatisfação com o limite que ela impunha e, de outro, a dificuldade em ultrapassá-lo: “Neste ponto, exílio parece cadeia: nosso grupinho nos é pré-definido... Fora dele, o resto é louro e fala uma língua esquisita”²⁶.

O gueto pode ser também um caminho para a reorganização das pessoas e a reformulação do projeto político derrotado. Desta vivência nasceram comitês de denúncia da ditadura e pela anistia, publicações, manifestações, atividades e grupos políticos e culturais. Magno José Vilela fala da retomada e da intensificação do contato com os brasileiros, em Paris, “...não só como uma necessidade psicológica, mas, sobretudo, como um ato político. Encontrar para o bate-papo, para escutar música, tudo isso, mas também para a continuação de um combate político.” (Cavalcanti & Ramos, 1978, p. 211)

Ao longo dos anos 70, ficaram famosas as festas da colônia em Paris que acabavam em grandes *surubas*. Luís Eduardo Prado de Oliveira analisa sob o olhar de psicanalista e exilado: “A *suruba* tinha uma função integradora. Era um jeito de as pessoas se unirem, antes de se diferenciarem de novo. Mas isto me dava a impressão de loucura. A colônia brasileira era muito enlouquecida.”

Mais uma vez, a associação do exílio, agora especificamente do gueto, à psicopatologia. Na verdade, as fronteiras são tênues. Mesmo na época e para quem estava comprometido com a retomada da luta no Brasil, projetos de militantes de *vanguarda*, sobretudo na primeira fase do exílio, pareceram delírios. Algumas *histórias do exílio* são, neste sentido, exemplares, além de trazerem à tona de uma forma muito evidente a arrogância e a autovalorização desmesurada típicas da *vanguarda*.

Uma delas, muito conhecida e comentada no Chile, é de um editor de uma publicação de exilados que, poucos meses antes da queda da Unidade Popular, tentou mobilizar os brasileiros para formarem uma “brigada” para participar da resistência ao anunciado golpe. O termo, evidentemente, seria uma homenagem às brigadas internacionais que lutaram na Espanha contra Franco. Os exilados não levaram a sério a proposta, sequer a cogitaram. Quem fosse resistir ao lado dos chilenos, o faria nos partidos políticos ou associações onde estivessem organizados. Surpresa, a colônia assistiu ao desdobramento do caso, como relata Daniel Aarão Reis Filho:

“Caída no esquecimento essa proposta, não impediu que algumas semanas mais tarde, sempre antes do golpe, naturalmente, a mesma pessoa tivesse uma outra idéia, radicalmente oposta a essa e igualmente ridícula: procurar o Salva-

dor Allende em pessoa e propor a ele um avião especial para retirar os *quadros* da esquerda brasileira mais importantes, no sentido de preservar aquelas reservas estratégicas da revolução latino-americana. Ele chegou a ter entrevistas nesse sentido com dirigentes do PS, que naturalmente recusaram polidamente e também essa proposta caiu no esquecimento. Mas o fato de, em poucas semanas, o mesmo militante ter saído de uma proposta de construir brigadas para combater em defesa da revolução chilena, para uma outra, radicalmente oposta, de imaginar meios para promover a retirada dos *quadros* brasileiros, como se eles fossem de fundamental importância para os destinos da revolução latino-americana... Esse trânsito mostra uma desorientação, uma certa crise de referências, uma deriva que era realmente a situação em que se encontrava a esquerda brasileira, ou boa parte dela, no Chile.”

A crise de identidade da esquerda brasileira, assim como “o tipo de mentalidade e o universo de referências que marcavam os exilados comprometidos com a luta armada no Chile”, continua relatando Daniel Aarão Reis Filho, fazem parte de outra história também bastante significativa. Um ex-dirigente de organização de *vanguarda* elaborou um plano para viabilizar a volta ao país, contando com a ajuda de um ex-líder das ligas camponesas do Nordeste, conhecido como Zé. Ainda antes de 1964, Zé havia sido barbaramente espancado no Brasil e enviaram-no a Cuba para se tratar. Com o golpe civil-militar, não voltou e, anos mais tarde, quando militantes começaram a chegar para o treinamento guerrilheiro, aproximou-se deles, tornando-se amigo de vários. Assim, o ex-dirigente e o camponês conheceram-se e, com a perspectiva de voltar, idealizaram um barco com fundo falso. Nele, os guerrilheiros entrariam no país via Amazônia e não pelo sul – Uruguai ou Argentina –, que eram as fronteiras mais usadas e, portanto, conhecidas pela repressão. A organização empenhou-se no plano e chegou a destinar recursos consideráveis para a construção do barco:

“Esse projeto mostra um pouco a megalomania, o delírio de grandeza. Na seqüência, o Zé, que estava envolvido com este ex-dirigente da organização nesse projeto, pirou de vez. Essa história eu sei não por ouvir contar, mas eu a vivi: um dia me lembro que o encontrei no Chile, muito aflito e veio com uma história longa, inclusive apoiado em anotações que me mostrou. Uma história complicada, segundo a qual ele tinha descoberto, inventado, elaborado uma arma especial e que poderia ser de grande valia para a esquerda armada brasileira. Essa arma era um foguete auto-propulsado. Ele se queixava amargamente, inclusive, que os cubanos tinham roubado os planos originais dele, mas que ele tinha, depois de muito trabalho, conseguido reconstituir. Quer dizer, foguetes auto-propulsados que se tornariam armas exterminadoras para a nossa luta nas cidades e na guerrilha urbana. Eu realmente, nesse momento, tive a convic-

ção de que o Zé tinha “passado o fio”, “virado o fio”. Depois eu soube que, de fato, esse tinha sido o destino dele. (...). Não conto essa história para desmerecer alguém. É apenas para mostrar uma expressão do delírio e da deriva em que se encontravam os militantes e as organizações de esquerda.”

Por fim, e ainda considerando os *delírios* no campo da *vanguarda*, vale mencionar toda a simbologia da figura do coronel Jefferson Cardim, comandante da frustrada coluna militar que, em março de 1965, acreditou que promoveria um levante no sul do país. Em Cuba, queixando-se do descaso com que era tratado pelos cubanos, procurava os militantes que iam chegando, sempre se fazendo acompanhar do ordenança, tradição do exército que manteve. O fiel soldado, que também deserdera, carregava a pasta do coronel, de onde Cardim tirava um enorme mapa do Brasil para explicar detalhadamente planos mirabolantes para entrar no país.

A crise de identidade e de valores da esquerda no exílio também pode ser verificada nas ações armadas sem finalidades políticas, realizadas no Chile, que já expressavam um processo de deriva do ideário e dos princípios da *vanguarda*. Reinaldo Guarany²⁷ conta que a ALN, organização da qual fazia parte, dera instruções a seus militantes que desembarcaram em janeiro de 1971, para não aceitarem trabalho nem se inserirem socialmente. Deviam aguardar as orientações. Porém, depois de certo tempo, o governo não os sustentava mais e a ALN não tinha como mantê-los. A solução encontrada foram as *ações de desapropriação*, como se dizia na época, com a divisão do dinheiro entre os participantes. No início, o alvo eram os doleiros, que exerciam uma atividade ilegal e não podiam dar queixa à polícia:

“Muitos brasileiros fizeram muitas ações no Chile. Pessoal da VPR, da ALN, gente que montou grupo paralelo com o objetivo político ou não e por gente que resolveu fazer para ganhar grana. Eu conheci um cara que ficou rico pessoalmente, porque depois de algum tempo, ele não tinha mais o intuito de fazer ação armada para juntar dinheiro para o Brasil, mas com o objetivo pessoal. Ficou tão rico que comprou uma fábrica, virou empresário.”

Tratava-se, na verdade, de uma minoria entre os exilados brasileiros no Chile, que agia como se o meio aprendido e usado no Brasil para conseguir recursos para a guerrilha se autonomizasse em relação aos princípios e objetivos.

Entretanto, também foram feitas ações com finalidade política, como conta ainda Reinaldo Guarany. Exilados brasileiros ligados a um setor mais à esquerda no PS chileno articularam-se para conseguir e enviar armas para o Brasil, a Argentina e o Uruguai. Descobertos, Ângelo Pezzuti (banido do grupo dos 40) e outros envolvidos foram presos. No governo socialista da Unidade Popular voltaram a ser torturados:

“O Ângelo Pezzuti foi muito torturado, quebrado literalmente. Os outros presos também. Ele me disse que a diferença entre a tortura que sofreu no Brasil e a que sofreu no Chile era que o Victor Toro, o cara da polícia, que era do PC, fez questão de torturá-lo de cara limpa. Neste momento, grupos de exilados brasileiros que estavam fazendo ações por conta própria se desarticularam e se mandaram para a Europa.”²⁸

Embora as ações armadas com fins pessoais já tivessem acontecido no Brasil, quando grupos armados fizeram assaltos puramente para se sustentar, sua reedição em outro contexto revelou, já na primeira fase do exílio, uma crise de valores. No Chile, o imperativo da sobrevivência reapareceu deformando as ações, que soavam como caricatura do que haviam sido. Mesmo as que tinham objetivos políticos não passavam de tentativas desesperadas de prolongar o passado, de trazê-lo para o presente, de sobrepor a identidade de guerrilheiro à de exilado.

O capítulo dos *trambiques* é delicado, até porque, mesmo conhecido, há um certo constrangimento em admiti-lo, em explicitá-lo. As pessoas preferem passar ao largo do assunto, mesmo se não tiveram nada a ver com ele, optando por aspectos mais *nobres*. E, naturalmente, quem esteve envolvido neste tipo de experiência só raramente a recupera.

Os trambiques foram variados, multiplicaram-se ao longo dos anos e estão, igualmente, ligados às crises de valores e de identidade. Houve quem passasse o *conto* dos cheques de viagens, declarando sua perda e gastando-os simultaneamente; ou quem, no momento da anistia, inventasse roubos de documentos, dinheiro ou bens, para receber indenização ou o dinheiro do seguro. Na África, apesar de comprometidos com os projetos de construção do socialismo em países miseráveis e secularmente explorados pelas potências coloniais, alguns exilados não se privaram de negociações com setores não tão identificados com os princípios socialistas, ganhando dinheiro com o envio de dólares para o exterior e ferindo, assim, os interesses dos governos que os haviam recebido²⁹.

Muitas histórias e especulações envolvem o caso da *Caixinha*, no Chile, organização criada por brasileiros para ajudar quem chegava do Brasil. A Caixinha tinha um programa de bolsas de estudo, concedidas por uma instituição, para incentivar a formação dos exilados. No entanto, era acusada pelos próprios brasileiros de usar as bolsas para manter militantes de determinadas organizações, sem ter jamais definido critérios para distribuí-las. A princípio informal e com poucos recursos, logo se transformou com o recebimento de uma importante quantia doada pelo Conselho Mundial das Igrejas³⁰. O conselho da organização decidiu usá-la na abertura de um grande restaurante, ao mesmo tempo casa de espetáculos e fábrica de alimentos para empresas. A idéia era, por meio de uma atividade econômica, multiplicar a

verba ganha e, então, ajudar os exilados. Como a Caixinha não existia juridicamente, doze pessoas que estavam legalizadas no Chile se dispuseram a receber o dinheiro. Um cinema no bairro da Providência, área valorizada de Santiago, foi comprado para ser transformado no restaurante. Quando houve o golpe de 1973, funcionava apenas a parte de produção de refeições, colocada sob proteção da ONU. Os dois principais responsáveis pela Caixinha não foram presos, ao contrário, continuaram a trabalhar fornecendo alimentação para os refugiados nas embaixadas e para os presos no Estádio Nacional. É difícil saber o que ocorreu de fato, mas as acusações de desvio de dinheiro e de colaboração com os serviços de informação do governo brasileiro e da junta militar chilena logo recaíram sobre as pessoas da direção da Caixinha.

IV – DOCUMENTO, MATERIALIZAÇÃO DA IDENTIDADE

No exílio, os documentos de identidade – de residência ou de viagem – ganhavam uma importância especial. Falsos ou verdadeiros, os exilados estavam constantemente tentando obtê-los ou preservá-los. Cada documento recebido era motivo de grande alegria, de comemoração. Na clandestinidade, deles dependiam para os deslocamentos e o desempenho das atividades. De fato, os documentos definiam aspectos essenciais do dia-a-dia, a começar pela própria permissão para se estabelecerem, trabalharem, terem direito à saúde, moradia, alimentação etc. Era, portanto, um assunto que mobilizava. Ao recusarem ou desprezarem documentos verdadeiros, o que ocorreu muitas vezes na primeira fase, os exilados revelavam a ligação com o projeto revolucionário, cuja derrota se explicitou mais tarde. A resistência a se desfazer da documentação falsa era o esforço para preservar o passado e, portanto, uma identidade. A legalização implicava a sua redefinição, o que ocorreu sobretudo na segunda fase do exílio, mas também na primeira.

É sintomático que Daniel Aarão Reis Filho, que viveu dois anos no Chile com os documentos *conseguidos* em uma festa em Paris, depois dos trinta dias na embaixada do Panamá, em Santiago, à espera do salvo-conduto para deixar o país, só tenha se lembrado de destruí-los quando seguia para o aeroporto, correndo o risco de não embarcar:

“De madrugada, os ônibus encostaram na embaixada. Nos colocaram nos ônibus e, escoltados por *carabineros* e forças do exército, fomos para o aeroporto. Era uma hora da manhã. Eles faziam questão que esses comboios não circulassem pela cidade de dia. Aí deu-se um fato incrível: quando eu estava já no ônibus, me dei conta que estava com o meu jogo de documentos excepcional: o passaporte e sete documentos. Ora, na lista que iria para o Panamá eu me chamava Daniel, mas nos meus documentos eu tinha outro nome, então se eu

fosse pego com todos aqueles documentos os caras poderiam dizer: “bom, você não vai embarcar porque você não é o Daniel, você é o João de tal. Então, eu tive que picotar todos aqueles documentos e jogar devagarinho pela janela, porque em cada ônibus tinha um *paco*, um PM. Eu tive que ir jogando pela janela devagarinho, inclusive eram vários ônibus, eu tinha medo que se eu jogasse tudo de uma vez isso pudesse atrair a atenção de quem viesse atrás.”

Assumindo seu nome, deixava para trás não somente o Chile, mas também o projeto de volta ao Brasil, o projeto da guerrilha. A idéia de fazer um curso universitário no Panamá, concretizada na França, onde obtive o estatuto de refugiado, indicava a redefinição de todo um projeto de vida.

A “fixação” por documentos é relatada por Joana:

“O problema dos documentos... Sou obcecada com essa estória dos papéis! Qualquer possibilidade que vejo de conseguir um papel eu persigo loucamente. Inclusive aqui, onde tudo depende do arbítrio e da burocracia, para mim é quase uma batalha pessoal conseguir um diabo de documento. Carta de motorista, qualquer pretexto para conseguir agir um pouco, definir alguma coisa da sua vida passa a ser importante.” (Costa...[et al.], 1980, p. 331)

Mesmo entre os exilados inseridos socialmente, houve casos de pessoas que jamais solicitaram o estatuto de refugiado, recusando a condição e os controles a que estariam submetidas junto aos órgãos estatais. Em geral, tratava-se de uma minoria que podia se dar ao luxo de dispensar os benefícios, inclusive materiais, que o estatuto concedia.

Até o golpe no Chile, as organizações mantiveram no exterior *simpatizantes*, em geral ex-militantes que atuavam no sentido de *conseguir* documentos, normalmente entre turistas brasileiros, e *prepará-los* para serem usados por exilados clandestinos. A eles também cabia a função de obter apoio e dinheiro, através de contatos com governos, organizações e partidos políticos³¹.

Na segunda fase do exílio, a falta de documentos ou a precariedade dos papéis emitidos por governos latino-americanos foi motivo para a negação de visto em diversos serviços diplomáticos. As humilhantes peregrinações em busca de um país que os recebesse e a forma negligente com que eram tratados contrastavam com a auto-imagem do revolucionário. Daniel Aarão Reis Filho conta o absurdo da situação:

“Nós estávamos encruados no Panamá, que não dava passagem de ida e volta, só de ida, e muitos de nós, a maioria, não tínhamos documentos de viagem. Foi aí que o Panamá nos deu um título de viagem, mas era um papel higiênico, nós o chamávamos assim, era um papel, não era nem uma carteira que se prezasse, com capinha dura, nada. Era um papel que se desdobrava em quatro e

estavam lá a fotografia 3x4, o nome, a filiação, o país de origem. Então, um de nós descobriu que, numa feira, se vendia uma capinha dura com as armas panamenhas. Para darmos uma aparência mais decente àquele papel higiênico, todo mundo foi lá e comprou a capinha e grampeamos o papel nela. Era só uma coisa para inglês ver, porque qualquer aduana que a abrisse veria que se tratava de um papel grampeado numa capa comprada numa feira. Era ridículo, mas em todo caso, dava uma certa aparência.”

As angustiantes situações causadas pela falta de documentos resultavam da determinação do governo militar de negar passaporte a exilados, uma característica peculiar à ditadura brasileira, se comparada a outros governos autoritários do período³². Embora não houvesse uma lista de nomes de pessoas destituídas de nacionalidade, como ocorreu por exemplo na Alemanha nazista, a simples recusa da emissão de passaporte deixava os exilados sem identificação. Até no momento do golpe no Chile, quando os estrangeiros corriam risco de vida, a embaixada brasileira recusou-se a emití-los: “Foi o único país que fez isto. Outros países, como a Bolívia, se preocuparam com seus nacionais no Chile e deram passaporte para irem para outro país. O Itamaraty não”, lembra Maurício Dias David. Segundo Reinaldo Guarany, a embaixada do Paraguai, em plena ditadura do general Strossener, recebeu os paraguaios, comunicando que o fazia para salvá-los, mas indicando que se-guissem para outro país.

Os relatos de vários presos no Estádio Nacional atestam a presença da polícia política brasileira, interrogando presos brasileiros e ensinando técnicas de tortura à polícia chilena³³. O embaixador brasileiro que apoiou o golpe, Antônio Câmara Canto, era o mesmo que havia presidido a comissão de inquérito responsável pelo expurgo no Itamaraty, eliminando os diplomatas considerados de esquerda.

Thereza Rabêlo, com o marido refugiado na embaixada do Panamá e o filho mais velho preso no Estádio Nacional, conta o procedimento da embaixada brasileira, que não autorizava o embarque dos outros filhos para o Brasil:

“... eu ficava horas e horas na Embaixada porque a situação era tão difícil – e vejam vocês que gente patife – era o único lugar onde eu tinha um pouco de segurança e tranquilidade e eu pensava que eles iam me ajudar porque éramos brasileiros e as crianças não tinham nada a ver com isso. Comprava uns sanduíches, punha as crianças perto de mim, sentava lá e ficava pedindo, tentando convencer... (...). O que essas crianças sofreram... o embaixador devia ter pegado todas as crianças e levado pra casa dele. Eu resisti o quanto pude até que, não tendo mais jeito e me sentindo muito ameaçada, entrei num refúgio das Nações Unidas com todos eles.”³⁴

As embaixadas brasileiras, não só no Chile mas em todos os países, se recusavam a registrar os filhos de exilados nascidos no exterior. No Chile, o governo da Unidade Popular os reconheceu como chilenos, mas a junta militar, que assumiu o poder com o golpe, anulou todos esses registros. Poucos embaixadores enfrentaram o governo militar e tomaram a iniciativa de reconhecer o direito das crianças à nacionalidade, como foi o caso de Ítalo Zappa, embaixador em Moçambique³⁵.

As embaixadas, muitas vezes, não renovavam o passaporte de quem havia saído do Brasil com o documento. Luiz Hildebrando Pereira da Silva partiu em 1969 com passaporte e conseguiu renová-lo em Londres, em 1973, através de um *simpaticizante* do PCB, no consulado. Mas em 1976 ficou com o documento vencido, o que lhe criou problemas para viajar e participar de congressos internacionais na condição de cientista do Instituto Pasteur. Luiz Hildebrando jamais solicitou o estatuto de refugiado, sob o argumento de que ele limitaria a sua liberdade de expressão³⁶.

Luís Eduardo Prado de Oliveira também sofreu constrangimentos com a diplomacia brasileira na França. Em 1972, declarou no consulado a perda do passaporte com o qual havia saído do Brasil em 1969, conseguindo sem problemas outro válido por quatro anos. Em 1974, solicitaram a sua presença no consulado e o cônsul exigiu a devolução do passaporte, sob a alegação de que era procurado pela justiça brasileira. Vencido o passaporte em 1976, Luís Eduardo só conseguiu outro depois da anistia. Como o visto de permanência havia sido renovado na França, Luís Eduardo ficou cinco anos sem poder sair do território francês.

O papel dos serviços diplomáticos em relação aos exilados, durante a ditadura, permanece um tema de pesquisa a ser investigado.

V – O TRABALHO

A atividade profissional no exílio teve um peso importante, uma vez que a inserção e a adaptação social estiveram diretamente ligadas ao tipo de trabalho exercido.

Os países latino-americanos abriram a muitos exilados, sobretudo a profissionais liberais já formados e experientes, a possibilidade de exercerem atividades qualificadas, em instituições de pesquisa e universidades. A ONU, através de projetos especiais, também absorveu esses profissionais.

No Chile, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), também ligada à ONU, recebeu muitos intelectuais. Mesmo os estudantes que deixaram o Brasil antes de concluir a graduação encontravam trabalho em suas áreas, principalmente na administração do governo da Unidade Popular. Aliás, exilados de toda a América Latina compunham o quadro de funcionários dos órgãos especializados do Estado. Parece que os menos escolarizados não tiveram muita dificul-

dade para encontrar trabalho como operários e o governo Allende chegou a abrir uma rede de financiamento para quem quisesse se estabelecer como pequeno comerciante, beneficiando refugiados políticos estrangeiros.

Entretanto, na primeira fase, para os exilados ainda comprometidos com a idéia da volta, a preocupação com trabalho não estava em pauta. Nesse contexto, muitos se envolveram no aprendizado de um ofício operário que facilitasse a inserção, no Brasil, entre a população pobre, onde seria desenvolvido um “trabalho de massas”. Assim, Heliana Bibas e Carlos Henrique Vianna instalaram-se em Maipul, cidade perto de Santiago, onde havia um centro metalúrgico. Lá fizeram cursos de ajustador mecânico e torno. A vida austera e a disciplina fabril de acordar cedo e trabalhar oito horas por dia não assustava os dois jovens de classe média saídos do movimento secundarista. Prevalencia a lógica do desprezo pelos “valores pequeno-burgueses” e a idealização da “classe operária”. Daniel Aarão Reis Filho, também nesta perspectiva, passava parte dos dias, no Chile, em uma carpintaria, tentando se familiarizar com a profissão. Esta orientação revela o esforço para preservar o projeto revolucionário.

Na Europa, o quadro foi radicalmente diferente. Apenas uma minoria conseguiu trabalho em nível equivalente a sua qualificação, prevalecendo o rebaixamento profissional. Pessoas escolarizadas tiveram que exercer atividades desprezadas pelos europeus, transformando-se em empregados domésticos, babás, faxineiros de fábricas, porteiros de hotéis, operários na construção civil etc. O exilado e o refugiado confundiam-se com o migrante econômico. Saídos, em sua maioria, da classe média urbana, entravam em contato com uma realidade distante. O significado da experiência está no relato de César Benjamin:

“Trabalhei até semana passada numa escola e num jardim de infância como faxineiro, ganhando por um total de 8 horas diárias mas fazendo o trabalho em 5, isto é, das 3 às 8. Ao repetir todos os dias o mesmo trabalho braçal numa escola, ambiente que eu conheço bem como estudante e, na fantasia, desde criança, como provável professor, eu me lembrava sempre das reflexões do Sinclair quando, no início do *Demian*, ele se surpreende com a descoberta de um outro mundo que não era o seu, um mundo “obscuro” (sic) que começava mesmo na sua casa (quarto de empregada, entrada de serviço, trabalho assalariado, alienação etc.), com o qual convivia sem ver e do qual dependia sem perceber para o bom andamento de seu mundo “luminoso” de burguês. E não podia deixar de me ver naquelas pessoas que, como eu quando estudante, certamente jamais pararam para pensar porque encontravam as salas sempre limpas e arrumadas, e que havia uma pessoa por trás disto. Achava muito simpático o gesto de uma professora que mandava a turma deixar as 40 cadeiras já sobre as mesas, na posição inicial da faxina, e limpava sua sala com cuidado especial, embora nunca tenha identificado quem era ela entre as professoras da escola.”³⁷

As circunstâncias, a conjuntura de derrota e a necessidade de sobrevivência impunham o desempenho de funções que não só nada tinham a ver com as expectativas, mas que subvertiam papéis, em um processo profundamente desorientador. César Benjamin, mais uma vez, traduziu o descompasso entre o que esperavam ser e o que de fato se tornaram:

“A sociedade sueca quer de mim que eu seja um *vaktmastare*³⁸ eficiente, e só. (...) E em troca me dá conforto. Como dizem os locutores de rádio: ‘que perigo, Deni!’. É, por mais que o goleiro se esforce, há bolas que não dá prá pegar. Aliás, só o fato de ser goleiro já não dá pé, e o que eu queria é ser ponta-de-lança, ‘infernizando a zona do agrião do adversário’ – e a grande área deste jogo se chama Brasil, onde falam a língua que falo.”³⁹

Ou ainda:

“Nossa inserção social não tem nada a ver com aquilo que pensamos ser nossa identidade, que deveria derivar daquela. Mas segue-se vivendo. Sobreviver não é problema por aqui: tem até calefação. Mas dar um sentido às coisas sem abrir mão nem da honestidade nem da inteligência... Sem fazer o jogo das burocracias... Sem se perder o sentido de quem se é... Sem perder os pontos de referência...”⁴⁰

Se, ao que parece, as diferenças culturais afligiram, sobretudo, os exilados das camadas pobres, por outro lado, as condições materiais elementares, facilitadas a quem ganhava o estatuto de refugiado em países capitalistas desenvolvidos ou a quem era recebido por países socialistas, tinham um inestimável valor para quem sempre vivera privado destes direitos. Nesses casos, o exílio significava, muitas vezes, a melhoria do padrão de vida e a volta ao Brasil implicava uma perda. Ainda assim, o desejo de voltar permanecia. No depoimento de Damaris de Oliveira Lucena, trocada pelo cônsul japonês seqüestrado em 1970, vê-se o entusiasmo com o acesso à saúde, educação, moradia e alimentação asseguradas pelo governo cubano:

“A mudança foi total, começando que eu era semi-analfabeta. Sou de uma família pobre do Norte, fui operária têxtil durante vários anos, fui também empregada doméstica e trabalhei em tarefas agrícolas. Não havia podido nem terminar o curso primário, não dominava meu próprio idioma. Como mulher pobre, jamais tivera acesso à instrução. Cheguei a Cuba doente, traumatizada pelo brutal assassinato de meu esposo e pelas torturas que sofri, com três crianças, uma de três anos e duas de nove. Fui internada no hospital, recebi todo o tratamento necessário e meus filhos também. Comecei a aprender meu próprio idioma e o espanhol também. Abriu-se para mim o campo do saber. E eu, com quarenta e três anos, completei a escola primária, fiz a secundária e ingres-

sei no curso pré-universitário. (...). Aqui também as crianças receberam tudo o que uma mãe pode aspirar para seus filhos: as melhores escolas, livros, brinquedos, tratamento médico quando adoecem, enfim, tudo o que uma criança normal precisa ter para seu desenvolvimento.” (Costa...[et al.], 1980, p. 235)

Para os exilados de classe média, na maior parte das vezes, ocorreu exatamente o contrário, ou seja, a queda no padrão de vida na Europa. É verdade que esta situação já era conhecida dos militantes da luta armada que estiveram em *aparelhos* ou na área rural. Contudo, tratava-se de um contexto muito específico de enfrentamento, supostamente decisivo para a revolução.

A advogada Anina de Carvalho lembra as condições do início do exílio:

“No começo, morei como todo mundo, em quarto de empregada. Os dois primeiros onde vivi não tinham nem água quente, nem privada e nem banheiro. Havia uma piazinha de água fria no quarto, mas sem aquecimento central, além dos sete andares para subir a pé. Era uma luta para conseguir *ticket* de restaurante universitário, não tinha dinheiro mesmo.” (Cavalcanti & Ramos, 1978, p. 64)

A sua primeira experiência de trabalho foi “dramática”, em desfiles de moda:

“... a minha obrigação era ajudar os modelos a pôr os cintos e os suspensórios, a vestir as calças. Num clima psicológico de começo de exílio, em que você perdeu tudo o que era importante, você estava na fossa em todos os sentidos, passando problemas econômicos, não tendo muitas vezes dinheiro para comer. Você se sentia assim aniquilada, tendo que desempenhar tarefa de ajudar o modelo a enfiar a calça.” (idem)

É conhecido o caso de uma banida que, em Paris, alimentava-se de carne para cachorros e que acabou morrendo, logo depois da anistia, de câncer no estômago.

Os refugiados, segundo Nanci Marietto, eram vistos pelos italianos como mão-de-obra para trabalhos domésticos. Nanci chama a atenção para as desigualdades entre os exilados, que corresponderam a oportunidades diferenciadas: enquanto “os políticos de um certo nível” encontravam muito apoio nas organizações criadas por ocasião do golpe de 1973 e nos partidos de esquerda, como o PC e o PS, os demais tiveram que se virar. Diante das limitadas ofertas de trabalho na Itália, Nanci, estudante de enfermagem, foi empregada doméstica durante boa parte do exílio.

Entretanto, a Europa abria a perspectiva do estudo patrocinado por bolsas. Muitos concluíram cursos universitários e seguiram fazendo pós-graduação. Profissionais experientes aproveitaram a ocasião para se doutorarem, frequentando universidades e bibliotecas. Na Suécia, o Estado concedia empréstimo a quem estives-

se na universidade, a ser pago em parcelas, ao longo dos anos seguintes à formatura. Como refugiados políticos, os exilados podiam recorrer a este direito. Em outros países, como a Alemanha ocidental, a França e a Suíça, instituições da sociedade civil, em geral ligadas às igrejas, concediam bolsas de estudo a refugiados que, às vezes, as usavam apenas como um meio para a sobrevivência imediata, sem maiores desdobramentos. A opção pelo estudo, freqüentemente, não excluiu o exercício de trabalhos desqualificados, uma vez que as bolsas nem sempre cobriam todas as necessidades materiais. A formação acadêmica capacitou os exilados para o exercício de atividades qualificadas na África ou, mais tarde, no Brasil, e demonstrava a redefinição do projeto de vida.

Os tipos de ajuda em relação a trabalho variaram. O *Cimade (Comité Inter-Mouvements Après des Évacués)*, além de bolsas, pagava cursos técnicos ou profissionalizantes e depois ajudava o refugiado a encontrar emprego⁴¹. A ONU, através do Alto Comissariado para Refugiados (ACNUR), patrocinava iniciativas de exilados que quisessem estabelecer algum tipo de negócio, concedendo empréstimos. Foi assim que, em 1978, Enoir de Oliveira Luz, conhecido como Juca, sindicalista no Rio Grande do Sul e membro do PCB, abriu um restaurante de comida brasileira em Lisboa, o *Brasuca*, que ainda hoje pode ser encontrado. No entanto, parece que os exilados brasileiros não recorreram muito a este apoio do ACNUR, talvez porque representasse uma redefinição de identidade em um nível diferente da que vinha ocorrendo até então. De fato, com esta iniciativa, o ACNUR diluía as fronteiras entre o refugiado e o migrante econômico, podendo descaracterizar os exilados exatamente naquilo que lhes conferia identidade, ou seja, o político. A transformação em comerciante redefiniu Juca radicalmente. Ele mesmo reconhece que jamais quis se envolver em política no país, colocando-se contrário até à fundação do comitê pela anistia em Lisboa: “Nunca tive atividade política aberta em Portugal. Não quero ter problemas com o governo português. Me mantive reservado.”

Poucos são os exemplos de exilados brasileiros que conseguiram se inserir, na Europa, como profissionais qualificados. São pessoas do mais alto nível no meio acadêmico e científico, algumas bastante conhecidas: o professor Luiz Hildebrando Pereira da Silva, demitido da USP pelo AI-1, em 1964, e da Universidade de Ribeirão Preto pelo AI-5, pesquisador de renome internacional, seguiu carreira no Instituto Pasteur, em Paris; o professor Paulo Freire, convidado para trabalhar em vários países, estabeleceu-se durante muitos anos em Genebra, no Conselho Mundial das Igrejas; o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso foi professor na Universidade de Paris X, entre 1967 e 1968. Mas até Mário Pedrosa, figura histórica da esquerda, reconhecido crítico de arte, para quem as portas abriram-se no Chile, onde foi convidado para ensinar no Instituto de Arte Sul-Americana dois dias depois de chegar ao país e, em seguida, para organizar o Museu de Arte Moderna, que

logo transformou-se no Museu da Solidariedade, encontrou dificuldades para manter-se na França⁴¹.

A descolonização das colônias portuguesas na África e o processo de reconstrução dos países, a partir de meados da década de 1970, criou um amplo campo de trabalho em função da carência de pessoal qualificado. Muitos exilados que nos anos anteriores haviam se formado nas universidades européias migraram para o continente africano, caracterizando uma terceira fase do exílio brasileiro. Os programas das Nações Unidas na África também viabilizaram a ida de brasileiros para diversos países, integrados a projetos de educação, comunicação etc. Tratava-se de uma saída para exilados subaproveitados na Europa já que, revalorizados, podiam exercitar suas especialidades, aprendendo e aperfeiçoando-se como profissionais. Ao optar pela migração, os exilados confirmavam a reconstrução de um projeto de vida.

A África não foi um mercado de trabalho apenas para a classe média que havia passado por universidade, mas também para quem havia acumulado experiência profissional na Europa. José Barbosa Monteiro, negro, filho de camponeses analfabetos, ele mesmo tendo freqüentado a escola primária apenas três meses, trabalhou em Genebra em uma fundação que dava assistência a adolescentes marginalizadas, a maioria filhas de migrantes econômicos. Após um longo exílio na Suíça, José Barbosa foi para a Guiné-Bissau trabalhar como educador. (Cavalcanti & Ramos, 1978, p. 113-43)

As circunstâncias do exílio impuseram a redefinição e a reconstrução de identidades. Ainda que o vínculo com o projeto anterior pudesse ser mais ou menos mantido, a revisão dos valores foi inevitável, em um processo decisivo na reorientação dos rumos da esquerda brasileira.

Até o golpe do Chile, em 1973, a perspectiva da revolução latino-americana prevaleceu e foi fundamental na definição da identidade dos exilados. No entanto, mesmo na primeira fase, já havia indícios de transformações, que se aprofundaram na segunda. Muitos buscaram outros caminhos. Alguns não conseguiram encontrar alternativa. A terceira fase esteve marcada pelo afastamento ainda maior do projeto anterior e pelo comprometimento mais conseqüente com a realidade do país em que viviam.

Como nas metamorfoses narradas por Ovídio, os exilados passaram por transformações essenciais, mas mantendo sempre a marca primordial de exilado que, nas palavras de Daniel Aar “...ficava “colada” na gente como a pele”. Envolvidos pelas circunstâncias de tempo e de lugar, do *destino*, na interpretação de Ovídio, houve sempre, no entanto, espaço para a liberdade da “vontade ou iniciativa dos seres”⁴³.

NOTAS

1. Entrevista com Maria Augusta Carneiro Ribeiro. Os dados (local e data) relativos a todas as entrevistas utilizadas no texto encontram-se nas Referências Bibliográficas/Fontes orais. Para evitar o uso excessivo de notas, sempre que possível, optamos por indicar o nome do entrevistado no corpo do texto.
2. Trabalho com o conceito de geração de J.F. Sirinelli, cujo ponto de partida está em Jean Luchaire (1933), segundo o qual “uma geração é uma reunião de homens marcados por um grande evento ou uma série de grandes eventos”. (Sirinelli, 1987, p. 43). Cf. também Sirinelli, 1988, 1989, 1996. Uma discussão mais aprofundada sobre o uso do conceito de geração encontra-se na tese.
3. Para a reflexão acerca das categorias *projeto e identidade*, cf. VELHO, 1994, p. 101.
4. Na tese, proponho uma periodização para o exílio brasileiro.
5. Entrevista com Darcy Ribeiro, no *Pasquim*, 9 (426): 8-15, 28 ago./02 set. 1977. p. 13.
6. Carta de César Benjamin a sua mãe, Iramaya Benjamin. Estocolmo, 16 de novembro de 1976. p. 1.
7. Cf. entrevista com Delson Façanha.
8. Carta de César Benjamin para sua mãe, Iramaya Benjamin. Estocolmo, 23 de setembro de 1977.
9. Entrevista com Miguel Arraes, no *Pasquim*, 9 (535): 4-5, 28 set. / 04 out. 1979. p. 5.
10. Encontramos Nanci Marietto em uma pequena cidade encravada em uma colina de pedra, próxima a Roma, vivendo com o marido italiano e três filhos adolescentes que veio adotar, ainda bebês, no Brasil.
11. Entrevista com Herbert de Carvalho/Herbert Daniel, no *Pasquim*, 13 (643): 22-3, 22/28 outubro de 1981. p. 23.
12. Carta de César Benjamin a sua mãe, Iramaya Benjamin. Estocolmo, 30 de dezembro de 1977.
13. Entrevista com Herbert de Souza, no *Pasquim*, 10 (519): 10-2, 8/14 junho de 1979.
14. Cf. também entrevista com Reinaldo Guarany.
15. Entrevista com Miguel Arraes, no *Pasquim*, 9 (535): 4-6, 28 set./04 out. de 1979. p. 6.
16. Cf. entrevista com Apolônio de Carvalho. O ministro do interior de Pompidou era o conservador Raymond Marcellin.
17. Déclaration de Georges Casalis, le 13/01/1976, à la suite de l'intervention de la délégation argentine devant le Tribunal Russell II (3ème session) sur “Le réfugiés politiques” (TBR. II. R. Cart. I). Neste documento, Georges Casalis denuncia outros atentados contra refugiados latino-americanos, ocorridos em Paris. Sobre o Tribunal Russell, ver o capítulo 8 da tese.
18. Uma versão deste caso encontra-se em Gabeira, 1980.

19. A informação da presença de Fleury no Chile foi dada pelo PS chileno à ALN e à VPR, mas não se confirmou. Cf. entrevista com Reinaldo Guarany.
20. Cf. entrevista com Arthur José Poerner, no *Pasquim*, 11 (571): 13-5, 6/12 jun. 1980. p. 13.
21. Entrevista com Padre Lage, em *Pasquim*, 11 (533): 24-6, 14/20 set. 1979. p. 26.
22. O entrevistado solicitou-me que não revelasse o nome da pessoa em questão. Vilma é, portanto, um pseudônimo.
23. Sobre frei Tito, além deste depoimento, ver também o dossiê no final do livro.
24. Cf. entrevista com Reinaldo Guarany, marido de Dora. Cf. também Guarany, 1984.
25. *Quando chegar o momento*, financiado pela televisão sueca, teve como enredo uma viagem de Sanz e Reinaldo Guarany à procura de Dora pela Alemanha e por Paris, onde viveu o exílio europeu. Segundo Sanz, trata-se de um filme não apenas sobre Dora, mas sobre o exílio de todos eles. O filme chegou a ser exibido, após a anistia, na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Sobre o suicídio de Dora, ver também os dois livros de memórias de Guarany (1980 e 1984) e a sua entrevista concedida à autora.
26. Carta de César Benjamin a sua mãe, Iramaya Benjamin. Estocolmo, 30 de dezembro de 1977. p. 3.
27. Cf. também Guarany, 1984.
28. Cf. também Guarany, 1984, p. 108-110. Ângelo Pezzuti morreu no exílio, na França, em um acidente de motocicleta, em setembro de 1975. Delson Façanha também foi preso no Chile, no governo Allende, em junho de 1973, juntamente com outras pessoas, inclusive um brasileiro, quando a casa em que estava foi invadida pela polícia em busca de armas. Façanha passou cinco dias na prisão, quando foi surrado – “era uma tortura de socos” – e deixado em uma cela gelada durante o inverno. (Cf. entrevista com Delson Façanha)
29. Cf. entrevista com Daniel Aarão Reis Filho.
30. A informação de que a verba foi doada pelo Conselho Mundial das Igrejas está no relatório da Anistia Internacional sobre o Chile: AMNESTY INTERNATIONAL. *Chili. Un rapport d'Amnesty International*. Bruxelles, 1974. p. 23.
31. Cf. entrevista com Daniel Aarão Reis Filho. Cf. também entrevista com Luís Eduardo Prado de Oliveira.
32. Cf. entrevista com Herbert de Souza, no *Pasquim*, 10, (519): 10-12, 8/14 jun. 1979.
33. Cf. entrevista com Tomás Togni Tarquínio, entrevista com Pedro Vianna e relato de Didi Rabêlo, filho de José Maria e Thereza Rabêlo, na entrevista com a família Rabêlo, no *Pasquim*, 10 (473): 12-5, 21/27 jul. 1978.
34. Relato de Thereza Rabêlo, na entrevista com a família Rabêlo, no *Pasquim*, 10 (473): 12-5, 21/27 jul. 1978. p. 4.
35. Cf. entrevista com Daniel Aarão Reis Filho.
36. Cf. entrevista com Luiz Hildebrando Pereira da Silva e também Hildebrando, 1990.
37. Carta de César Benjamin a sua mãe, Iramaya Benjamin. Estocolmo, 31 de maio de 1977. p. 6.

38. Carta de César Benjamin a sua mãe, Iramaya Benjamin. Estocolmo, 23 de setembro de 1977, p. 1.
39. *Vaktmastare*: função que exercia numa escola, realizando todo tipo de pequenas tarefas (cf. carta a I.B., de 6 de julho de 1971. p. 1)
40. Carta de César Benjamin a sua mãe, Iramaya Benjamin. Estocolmo, 30 de dezembro de 1977. p. 3.
41. Cf. entrevista com Ricardo Vilas. Quando chegou à França, em 1969, vindo do México após ser trocado com outros presos pelo embaixador americano, Ricardo fez um curso de informática pago pelo Cimade, que em seguida lhe conseguiu um emprego técnico de 8 horas diárias.
42. Cf. entrevista com Mário Pedrosa, no *Pasquim*, 9 (469): 4-8, 23/29 de junho de 1978.
43. Cf. o conceito de *metamorfose* em Velho, 1994, p. 7-9.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I) FONTES ORAIS

- ENTREVISTAS CONCEDIDAS À AUTORA:*

- AARÃO REIS Filho, Daniel. Rio de Janeiro, 09 e 17 de novembro de 1996; 10, 14 e 19 de maio; 04 de junho de 1997.
- BIBAS, Heliana e PEREIRA, Carlos Henrique Vianna. Queluz Belas, Portugal, 27 de janeiro de 1996 (realizada com Daniel A. Reis Filho).
- DAVID, Maurício Dias. Paris, 09 e 15 de março de 1995.
- FAÇANHA, Delson José Ribeiro. Niterói, 24 de agosto de 1995.
- GUARANY, Reinaldo. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1995.
- HOYOS, Sebastião. Genebra, 10 de janeiro de 1996 (realizada com Daniel A. Reis Filho).
- LUZ, Enoir de Oliveira /Juca. Lisboa, 27 de janeiro de 1996 (realizada com Daniel A. Reis Filho).

* As fitas das entrevistas da tese (num total de 37 entrevistados), à exceção das gravadas com Flávia Castro, foram doadas ao Laboratório de História Oral e Iconografia (LABHOI), da UFF; apenas a entrevista com Daniel Aarão Reis Filho e a segunda parte (segundo dia) da entrevista com Tomás Tarquínio foram transcritas e as transcrições, igualmente, doadas ao LABHOI. Nem todas estão abertas à consulta pública.

- MAGALHÃES, Vera Sílvia. Rio, 25 de janeiro e 14 de março de 1994.
- MAIA, Juarez Ferraz de. Paris, 27 de novembro de 1995.
- MARIETTO, Nanci. Rocca Priora, Itália, 20 de janeiro de 1996 (realizada com Daniel Aarão Reis Filho).
- OLIVEIRA, Luís Eduardo Prado de. Paris, 27 de outubro e 03 de novembro de 1995.
- RIBEIRO, Maria Augusta Carneiro. Rio de Janeiro, 04 de abril de 1996.
- SANZ, Luiz Alberto. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1995.
- SILVA, Luiz Hildebrando Pereira da. Paris, 07 de dezembro de 1995.
- TARQUÍNIO, Tomás Togni. Paris, 17 de janeiro (realizada com Daniel A. Reis Filho) e 26 de fevereiro de 1995.
- VIANNA, Pedro. Paris e Créteil, 22 e 25 de março de 1995.
- VILAS, Ricardo. Paris, 30 de novembro de 1995.
- WHITAKER, Naná /Narcisa Beatriz Verri. Paris, 14 de outubro de 1995.
- ENTREVISTA CONCEDIDA A ÁLVARO CALDAS, DANIEL AARÃO REIS FILHO E NÉLIE SÁ PEREIRA:
- CARVALHO, Apolônio de. Rio de Janeiro, setembro e outubro de 1986; volumes 7 e 8 da transcrição (LABHOI).

II) FONTES ESCRITAS

- PERIÓDICO:

Pasquim. Rio de Janeiro, 1969-1987.

- LIVROS E ARTIGOS:

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do exílio*. 1964 / 19???. De muitos caminhos. v. 1. São Paulo, Livramento, 1978.

COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula de; MARZOLA, Norma e LIMA, Valentina da Rocha (orgs.) *Memórias das mulheres do exílio*. v. 2. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho*. 13ª ed. Rio de Janeiro, Codecri, 1980.

GUARANY, Reinaldo. *Os fornos quentes*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

_____. *A fuga*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

- ROLLEMBERG, Denise. *A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1964-1979)*. Dissertação de mestrado em História Social das Idéias, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, 1992.
- _____. *A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)*. In: _____ . (org.) *Que História é Essa? A Universidade vai à Sociedade*. Rio de Janeiro, Relume Dumará; Centro Cultural Banco do Brasil, 1994. p. 111-130.
- _____. *Exílio*. Entre raízes e radares. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 1998.
- SAENZ-CARRETE, Erasmo. *Les cadres socio-politiques de l'adaptation des réfugiés latino-américains en France. 1964 à 1979*. Thèse pour le doctorat de 3ème cycle présentée à l'Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III. Paris, 1983.
- SILVA, Luiz Hildebrando Pereira da. *O fio da meada*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- SIRINELLI, Jean-François. Effets d'âge et phénomènes de génération dans le milieu intellectuel français e Les Khagneux et normaliens des années 1920: un rameau de la "génération de 1905"? *Les Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Present*. Générations intellectuelles, n. 6, nov. 1987.
- _____. *Génération intellectuelle*. Khâgneux et normaliens dans l'entre-deux-guerres. Paris, Fayard, 1988.
- _____. Génération et Histoire Politique. *Vingtième Siècle*. Revue d'Histoire, n.22, avril-juin 1989.
- _____. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

• FUNDOS DOCUMENTAIS:

- Arquivo pessoal de Iramaya Benjamin.
- Tribunal Bertrand Russell II. Fundação Lelio Basso, Roma.